

Diário do Legislativo de 18/08/1998

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 - ERRATA

ORDENS DO DIA

Ordem do dia Da 397ª reunião ordinária, em 18/8/98

1ª Parte

1ª Fase - Expediente

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase - Grande Expediente

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção dos trabalhos ordinários para continuação do Seminário Direitos Humanos e Cidadania.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

(Regimental)

Ordem do dia da 75ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 9h30min do dia 19/8/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 19/8/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 100ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 19/8/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei Complementar nº 33/98, do Deputado Antônio Júlio.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.696/98, do Deputado Anderson Aduato; 556/95, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.494/97, do Deputado Gilmar Machado; 1.259/97, do Deputado José Militão; 1.202/97, da Deputada Maria José Hauelsen; 1.596/98, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.674/98, do Deputado Arnaldo Penna.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 19/8/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 106ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 11 horas do dia 19/8/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.526/97, do Deputado Anderson Aduato; 1.820 e 1.847/98, do Governador do Estado; 1.788/98, do Deputado José Henrique; 1.813/98, do Deputado José Militão; 1.630/98, do Deputado Rêmolo Aloise; 1.782/98, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; Projeto de Lei Complementar nº 36/98, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Turno único: Projetos de Lei nºs 1.802/98, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.805/98, do Deputado Agostinho Patrús; 1.822/98, do Deputado Ajalmar Silva; 1.821/98, do

Deputado Ambrósio Pinto; 1.528/97, do Deputado Anderson Aduato; 1.803/98, do Deputado Antônio Genaro; 1.516/97 e 1.835/98, do Deputado Arnaldo Canarinho; 1.638/98, do Deputado Bené Guedes; 1.826/98, do Deputado Bilac Pinto; 1.812/98, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.806/98, do Deputado Francisco Ramalho; 1.747/98, do Governador do Estado; 1.845/98, do Deputado Hely Tarquínio; 1.815/98, do Deputado Ivair Nogueira; 1.817 a 1.819, 1.823, 1.824 e 1.830/98, do Deputado João Leite; 1.816/98, do Deputado José Henrique; 1.846/98, do Deputado Miguel Martini; 1.827/98, do Deputado Paulo Piau; 1.732/98, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 1.829/98, do Deputado Wanderley Ávila.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 14h30min do dia 19/8/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.709/98, do Deputado Leonídio Bouças.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 18/8/98, destinada ao prosseguimento do Seminário "Direitos Humanos e Cidadania".

Palácio da Inconfidência, 17 de agosto de 1998.

Romeu Queiroz, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

395ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 12/8/98

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, assomo novamente à tribuna para tratar de dois assuntos que já comentamos semana passada.

O primeiro é a ligação asfáltica de Itanhomi à BR-116. Os Srs. Deputados estão lembrados de que, da tribuna, fiz comentários sobre uma moção aprovada na Câmara Municipal de Itanhomi, Vereador José Pedro, Presidente do PSDB local, através do ofício que recebemos do Presidente da Câmara Municipal, José Branco. Registramos, hoje, o Ofício nº 192/98, do Prefeito Municipal, José Vieira de Andrade Neto, em que registra: (- Lê:)

"Com minha cordial saudação, venho, mui respeitosamente, à presença de V. Exa. encaminhar-lhe cópia de solicitação feita à Diretoria Financeiro-Administrativa do DER-MG, pelo Secretário de Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais, Dr. Celso Furtado Azevedo, no que se refere ao repasse de recursos à Companhia Minas Sul pela obra de asfaltamento do trecho Itanhomi - entroncamento da BR-116. Sendo o que se apresenta para o momento, despeço-me. Atenciosamente, Dr. José Vieira de Andrade Neto, Prefeito Municipal".

Em anexo, o Prefeito encaminha aos Vereadores de Itanhomi a seguinte correspondência, enviada pelo Diretor Financeiro-Administrativo do DER-MG, engenheiro Murilo dos Santos Figueiredo, datada de 6/8/98. (- Lê:)

"Conforme solicitado, informamos os pagamentos da CMS - trecho Itanhomi - entroncamento da BR-116: medição de abril - valor pago: R\$162.430,38, data de 1º/7/98; medição de maio - valor pago: R\$266.919,24, data de 28/7/98. Observação: a medição de junho/98, no valor de R\$41.384,37, deu entrada em 5/8/98, na Diretoria de Construção do DER-MG, e está sendo realizada a sua revisão, não existindo ainda valor definitivo. Atenciosamente, eng. Murilo Santos Figueiredo".

Em função dessas correspondências, provocadas por nossa intervenção nesta tribuna, quero esclarecer que repetimos a mesma questão: alguém está mentindo quanto ao asfaltamento em Itanhomi. A empresa continua dizendo que não recebeu nenhum recurso, e, por isso, os donos de postos de gasolina, fornecedores e outros, até agora, não receberam pelos serviços prestados à empresa de engenharia. Mais ainda: o aterro só foi feito até Capitão Andrade. Quanto ao asfalto, não foi visto nem um centímetro quadrado de estrada. Mesmo que o DER-MG faça encaminhamento, sabemos que é praticamente inviável concluírem as obras no período eleitoral. O próprio Governador já disse que não será até a BR-116, somente até Capitão Andrade. A comunidade, há 30 anos, espera essa ligação asfáltica, e vem sendo enrolada em período eleitoral. É uma vergonha que essa situação aconteça. Na semana passada, lancei o desafio para que o Governador do Estado venha, de público, esclarecer essa questão. Quem está mentindo: o Governador do Estado, que, na própria cidade, disse que o asfalto iria até Capitão Andrade, ou a empreiteira, que afirma que, até agora, não recebeu nenhum recurso pela obra? O mais grave é que os recursos vieram de um empréstimo da Vale do Rio Doce e foram para algum lugar, porque foram liberados como verba vinculada, para serem usados no asfaltamento até a BR-116. Queremos, com essa intervenção, com esse apelo, não só que a situação se esclareça, mas também que a comunidade de Itanhomi veja seu sonho realizado, um sonho tantas e tantas vezes prometido. Não podemos admitir essas imoralidades em época de eleição. Em vários locais de Minas Gerais, há deslocamento de máquinas, de terra. Isso sempre acontece em período eleitoral. Eu mesmo passo por várias regiões onde isso ocorre. O povo é enrolado, ludibriado e deve dizer "não", nas eleições de 4 de outubro, para esse tipo de política, rejeitando com veemência mais essa embromação, esse mal uso dos recursos públicos. Fica o desafio lançado, e que o objetivo da comunidade seja atingido.

A outra questão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a das frentes de trabalho no Norte de Minas Gerais. Em um trabalho árduo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia, há muito, vem denunciando o uso político das frentes de trabalho. Esse sindicato tem-se destacado pela coragem, organizando e defendendo os interesses dos trabalhadores da região. Pela primeira vez, vimos que essas denúncias tiveram eco. O próprio Prefeito Municipal de Varzelândia admitiu, na imprensa, que estava fazendo uso político das frentes de trabalho, rindo da miséria, rindo da desgraça do povo que sofre com a dureza da seca. De novo são recursos federais sendo usados de forma eleitoreira, politicamente, o que nós também temos que repudiar.

Concedo um aparte ao colega Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta (Em aparte) - Quero participar do pronunciamento de V. Exa., principalmente no ponto em que toca no uso político das frentes de trabalho no Município de Varzelândia.

Na verdade, é uma vergonha o que está acontecendo naquela cidade; tem sido motivo de crítica na imprensa nacional. Os Vereadores do PT e dos partidos de oposição já denunciaram o fato e não se toma nenhuma providência. Filhos e empregadas domésticas de Secretários do Município de Varzelândia estão inscritos nas frentes de trabalho. E, para aumentar essa vergonha, as cestas básicas recebidas pelo Prefeito são repassadas ao trabalhador após obrigá-lo a dar um dia de serviço para a Prefeitura. O coitado, que já vem sendo espoliado, encontra-se faminto e desnutrido; para receber a sua cesta básica, que, por si só, já é uma grande humilhação para qualquer trabalhador, que só o faz devido à sua grande necessidade, é obrigado a se curvar diante do chicote do Prefeito de Varzelândia, dando-lhe um dia de trabalho, sendo que a referida cesta é adquirida com o dinheiro do Governo Federal, com o dinheiro do povo brasileiro. Já entramos com uma representação contra aquele Prefeito, e gostaria de solicitar a V. Exa. que o PT faça o mesmo, porque lá existem dois Vereadores do PT que, apesar de estarem coligados com o Prefeito - talvez seja o único caso, no País, em que o Prefeito é do PFL e o Vice-Prefeito é do PT -, não se curvaram às suas chantagens e ao seu autoritarismo, denunciando-o publicamente. Peço ao Líder do PT, Deputado Gilmar Machado, que também faça essa denúncia, porque nós já o fizemos, e confesso que as nossas denúncias não tiveram o respaldo necessário.

O Deputado Durval Ângelo - Agradeço o aparte do Deputado Carlos Pimenta, pois conhecemos seu interesse pela região e, principalmente, por que a verdade venha à tona e não seja feito uso eleitoral dos recursos públicos. Digo a V. Exa. que pode contar com o apoio da Bancada do PT, assim como dos nossos Vereadores, Deuzânia e Laurindo, e do nosso Vice-Prefeito, que estão empenhados, juntamente com toda a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para que não seja feito uso eleitoral dos recursos públicos. Já sabemos qual é a tragédia da seca, que leva à morte milhares e milhares de irmãos nossos; leva ao esvaziamento do campo e ao inchaço das grandes cidades. Conhecemos a tragédia que é depender da esmola do Governo Federal e do Estadual. Além disso, o Prefeito impõe uma outra tragédia aos moradores, que é a submissão, o cabresto eleitoral, esvaziando aqueles seres humanos do que têm de mais sublime, que é a dignidade, a força do sertanejo. Por esses motivos, fizemos questão de abordar o famoso movimento de máquinas para asfaltamento em época de eleições e agora estamos também registrando que recursos do Governo Federal estão sendo passíveis de mau uso, uso indevido, uso eleitoral. Pode contar conosco nessa denúncia, e digo mais: dentro de duas semanas, irei a Varzelândia, a convite do Sindicato e do PT, para verificar "in loco" essa questão. Realizaremos lá um ato público de denúncia por esse absurdo. Mobilizaremos a comunidade, porque ela tem a responsabilidade de fazer e assumir essa primeira denúncia. Aliar-nos-emos, também, à Procuradoria-Geral da República, por tratar-se de recursos federais, e usaremos também a tribuna da Assembléia.

Agradeço aos Srs. Deputados. Espero que esteja claro aquilo que falei na semana passada: numa guerra, a primeira baixa é a verdade. Infelizmente, nas campanhas eleitorais, esse ditado faz-se presente: além da verdade, há a dignidade e outros valores, porque quem realmente tem nome deve prezá-lo na vida. Muito obrigado.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Deputado Cleuber Carneiro, Srs. Deputados, senhoras e senhores, depois de um pequeno período distante desta Casa, em que todos nós, Deputados, trabalhamos, visitamos e corremos, às vezes competindo a pé com os que estão a cavalo, mas esperançosos de poder correr mais, porque a fê fez com que Elias corresse mais do que carros puxados por cavalos.

Eis que hoje uso esta tribuna para prestar contas, porque agora é um momento livre. Este instante é dado ao parlamentar eleito pelo povo para, desta tribuna, fazer ressoar, nos corações do povo do Estado de Minas Gerais, do nosso povo mineiro, as suas vontades afirmadas nesta Casa, porque o Legislativo é o representante máximo do povo em qualquer país democrático, seja na República, seja na monarquia parlamentarista.

Quero dizer que, se todos aqui corremos estamos renovando nossas candidaturas, é porque cremos na vocação política. Quanto a mim, sei que devo esquecer-me do que ficou para trás. Olhando para o que está adiante, prossigo em direção ao alvo, buscando o prêmio da soberana vocação política em Cristo Jesus. Isso é uma paráfrase do que disse um político e apóstolo chamado Paulo de Tarso, ou Saulo de Tarso.

Durante a nossa estada nesta Casa, aprendemos muito. Aprendemos que há momentos de falar e momentos de calar, que há momentos de abraçar e momentos de deixar de abraçar, que há tempo para tudo de baixo do sol, que aqui podemos perceber que o aproveitamento desse tempo é muito importante para o progresso político. Se agora eu deixasse este parlamento, sairia honrado e agradecendo a Deus, porque não estou tão preocupado com a próxima eleição, ou seja, com os quatro ou cinco anos que vão se passar. Na verdade, esses anos passarão de qualquer maneira, estando ou não este Deputado aqui.

Por isso foi que o profeta disse num momento de dor, mas de contemplação da solução vinda pelo Espírito de Deus, que levantaria o homem do pó para que ele fosse justo e perfeito diante de Deus e dos homens ou buscasse a perfeição. Ele disse que Deus vai tomar conta do rastro, e não dos passos, porque os passos passam, mas os rastros ficam.

Temos alguns projetos importantes em tramitação - e agora é a hora de negociarmos -, como, por exemplo, o projeto dos cerrados. Caros Deputados, os senhores sabem que - gravem bem - daquela arvorezinha do cerrado, torta e com uma raiz comum, sai um filete, como um fio dental ou de cabelo, que desce centenas de metros abaixo, desviando-se até tocar o lençol freático. Mantém-se, assim, o equilíbrio das águas dos rios que vêm de lá. Está provado que 2/3 das águas de nosso Estado estão no cerrado, e o São Francisco está diminuindo terrivelmente.

Espero contar com o apoio dos eminentes pares para que aprove o projeto no 2º turno. Tenho certeza de que o Governador vai vetar o projeto. Esta Casa tem o poder de mandar a bola para lá e mostrar que ele não consegue desmoralizar esta Casa. Pelo contrário, se tentar, ele é que fica desmoralizado, porque este é o Poder parlamentar. Por isso, as sábias decisões desta instituição devem ser mais respeitadas.

Há o projeto que proíbe que se despeje qualquer tipo de esgoto, detritos, poluentes não tratados em rios e cursos d'água do Estado de Minas Gerais, dando, ainda, um prazo para que a COPASA e outras empresas se adaptem. Há um grande desconhecimento sobre o meio ambiente, sobre o fato de ser a terra um elemento vivo. Os rios são vivos, a natureza não somente retribui, mas vinga-se, também.

O país que cuida bem dos seus rios e de suas matas faz com que o povo seja feliz e todas as coisas dêem certo. Os nossos antepassados que o digam. A cidade de São Francisco, por exemplo, já teve uma riqueza tremenda em produção de algodão, de milho, grãos, rapadura, etc. Mas, de repente, começamos a assolar e devastar o nosso meio ambiente. Hoje, mesmo com toda a tecnologia, a região de São Francisco produz bem menos. O São Francisco já foi todo navegável. As empresas podem existir. Há rios que, como o Mississippi, tiveram suas águas recuperadas, e hoje são navegáveis. Assim, peço aos senhores pares que aproveamos agora este projeto de lei.

Projetos simples como o das estações rodoviárias, que obriga a existência de banheiros limpos e gratuitos nas estações e paradas de ônibus para as pessoas que portam passagens. Ora, os passageiros de aviões têm banheiros de mármore, limpíssimos e gratuitos. Por que o nosso colega, irmão, mineiro, brasileiro, que anda de ônibus, não tem os mesmos direitos? Já vi uma mãe de família viajando com quatro filhos. Esse projeto foi aprovado no 1º e 2º turnos, mas foi vetado pelo Governador, e esta Casa manteve o veto. Voltou.

São mais projetos, irmãos, mas não tenho tempo. No entanto, agradeço a Deus pelo privilégio de, na Presidência da Comissão de Meio Ambiente, ter projetado o meio ambiente, e pelo fato de esta Casa ter despertado para um modo de pensar ambientalista, que todos temos, porque cremos que Deus faz todas as coisas vivas para louvar de sua glória.

Ainda que passasse agora, eu daria graças a Deus pelo "rastro" de ter tido amigos e companheiros como os Deputados que conhecemos aqui. Gostaria de dizer que projetos nossos passaram, como o Código da Pesca, originário do nosso projeto, dos nossos debates, das nossas idéias, das nossas audiências públicas, em que nem citados fomos. Ótimo, mas passou. Está ali a autoria. A APA do nosso rio Pandeiros, o único rio berçário do São Francisco. Soltaram dourados lá em Sobradinho. Alguns, com sensores, na época da desova foram encontrados dentro da lagoa verde do rio Pandeiros, hoje, área de preservação ambiental.

Projeto 0900, oportunidade em que a TELEMIG promoveu um "lobby" terrível, mas vencemos, porque esta Casa o votou e aprovou no 1º e 2º turnos. No entanto, foi vetado pelo Governador. Secretamente, não sei como, esta Casa manteve o veto. Mas esta Casa entrou na justiça, e ganhamos. Hoje, já não se consegue acessar o 0900 - a conta é da TELEMIG ou da empresa -, a não ser que se dê uma carta antecipada, autorizando o serviço.

Ser Deputado, senhores, deve ser uma honra para todos nós. Ser Deputado é exercer um ministério tão sacrossanto quanto o sacerdócio. Ser Deputado não é entrar na fôrma, não é desenvolver a arte de fazer teatro. Nunca. Ser Deputado é fazer prevalecer a verdade pela verdade, pela paixão da verdade. Então, os argumentos brotarão de cada um, e brotam de cada um dos senhores parlamentares, e o parlamento é enaltecido. Ser Deputado é fazer prevalecer, acima de qualquer acordo, aquele feito com o povo que o elegeu, aquele feito com Aquele que nos elegeu por meio do povo, que é Deus, porque é Ele quem elege e quem destitui. O povo tem o governo que merece. Nós nos sentimos, então, representantes do povo e ao mesmo tempo responsabilizamos o povo por representá-lo. E se responsabilizamos, assumimos também uma responsabilidade e um peso, porque ser Deputado é carregar peso também. Nesta Nação, em que a imprensa, talvez sem perceber, tem passado à população brasileira que ser Deputado é sinônimo de ser vivaldino, de ser astuto, eu posso dizer que, se não fosse candidato mais, porém o sou, porque creio na vocação política, estaria orando, todos os dias da minha vida, para os senhores Deputados, porque sei que aquele que o é, realmente é alguém que representa o povo, até mesmo no sofrimento, nos anseios que o fazem gerar, como a mulher que dá à luz, projetos para o bem do povo de nosso Estado. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 5/8/98, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 1.509, de 7/1/98, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.560, de 1998, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Arnaldo Penna

exonerando Juliana Pires Antunes do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18.

ERRATA

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.393/97

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 3/7/98, pág. 77, col. 3, na Emenda nº 1, onde se lê:

"Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:", leia-se:

"Dê-se ao "caput" do art. 1º a seguinte redação:".